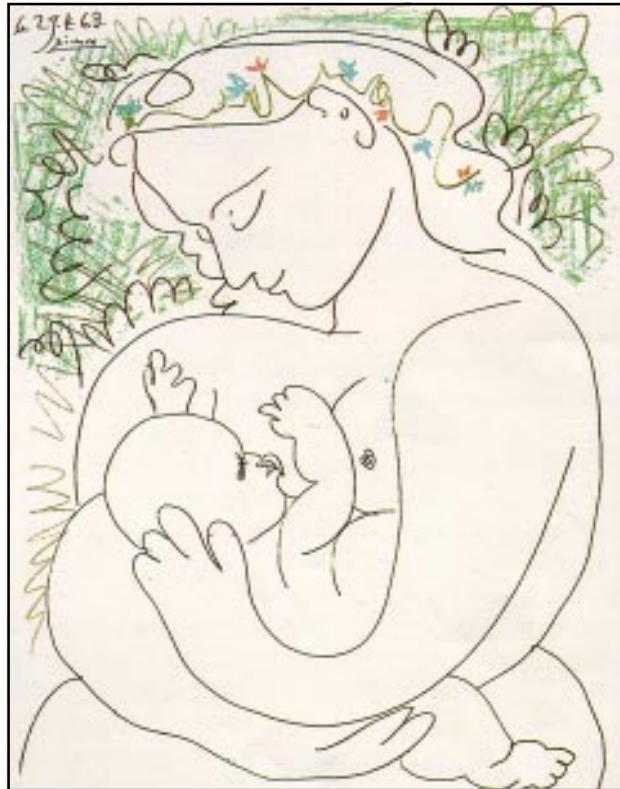


*Documento do
mês sobre
amamentação*

nº 04/97



maternity by Picasso

O IMPACTO ECOLÓGICO DA ALIMENTAÇÃO POR MAMADEIRA

Andrew Radford, Coordenador nacional, Baby Milk Action

Breastfeeding Review 2(5): 204-208, May 1992

O IMPACTO ECOLÓGICO DA ALIMENTAÇÃO POR MAMADEIRA

Andrew Radford,
Coordenador nacional, Baby Milk Action
Breastfeeding Review 2(5): 204-208, May 1992

O leite materno é um dos poucos alimentos produzidos e liberados para consumo sem nenhuma poluição, embalagem desnecessária ou desperdício. É o único que confere imunidade e outros benefícios para a saúde do consumidor e sua produção também beneficia a saúde da produtora. É um recurso renovável valioso e freqüentemente desprezado. A idéia de substituir leite materno por leite artificial pode ser comparada à de sugerir que se substituam os rins por aparelhos de diálise¹. Ambos, aparelhos de diálise e leites artificiais cumprem um papel que pode salvar vidas, mas usá-los no lugar dos órgãos originais do corpo humano é desperdício de recursos. Felizmente, ninguém sugeriu que os rins não sejam capazes de eliminar os resíduos do corpo. Por outro lado, a alimentação por mamadeira tem sido promovida como alternativa viável ao leite materno. Embora pesquisas demonstrem claramente os benefícios da amamentação (coisa que mais de 99% das mães é capaz de fazer), o leite artificial continua sendo promovido.

A amamentação é boa para os bebês e para as mães e o leite materno é um produto ecologicamente saudável. A mamadeira causa a morte de um milhão e meio de bebês por ano² e prejudica a saúde de inúmeros outros. Este relatório investiga os prejuízos ecológicos da mamadeira.

SUBSTÂNCIAS TÓXICAS NO LEITE MATERNO

Há muita preocupação com a presença de substâncias tóxicas, especialmente dioxinas, no leite materno. Não pretendo analisar esse aspecto em profundidade, embora qualquer estudo sobre ecologia e alimentação infantil deva reconhecer sua existência.

As dioxinas são criadas e liberadas no meio ambiente através de processos industriais químicos que incluem a produção de pesticidas e herbicidas e o branqueamento da polpa da madeira com cloro. São também produzidas pelos incineradores de lixo, depósito de lixo perigoso, fumo, gasolina azul e indústrias farmacêuticas, químicas e de plástico. Tem sido descrita como a substância mais tóxica conhecida

e a única maneira efetiva de lidar com ela é evitar sua produção. Vazamentos de grandes proporções, tais como o desastre de Bhopal (1984) e o uso de Agente Laranja pela força Aérea Americana no Vietnã, causaram numerosas vítimas. As dioxinas causam e agravam cânceres, além de acarretarem anomalias congênitas. Ainda não se estabeleceu um nível seguro: uma única gota adicionada ao volume de água de uma piscina olímpica impede a eclosão de ovos de truta. A mesma concentração adicionada ao alimento de um porquinho da Índia é letal³.

As dioxinas são encontradas no ar, água e solo e difíceis de eliminar quando entram na cadeia alimentar. Elas têm grande afinidade por gorduras (ocorrendo grande concentração nos peixes gordurosos), mas também se depositam na superfície de plantas, frutos e vegetais, de onde são ingeridas pelo homem e animais, acumulando-se na gordura, o que explica sua presença no leite materno.

Estudos de 48 amostras de leite humano na Dinamarca, Noruega e Suécia mostraram que um bebê normal teria ingestão de dioxinas maior do que a ingestão semanal tolerável (IST). A credibilidade deste nível "aceitável" é questionável: se não foi encontrado ainda um nível não tóxico, o único que se pode aceitar é zero. Esses tóxicos contudo estão presentes no ambiente e todos estamos expostos a eles. Uma equipe de consultores da Organização Mundial de Saúde concluiu que há uma margem de segurança⁴. Os níveis da IST escandinava foram estimados com base na ingestão durante toda a vida e não na duração limitada da exposição do bebê durante a amamentação. Além disto, como o bebê aumenta rapidamente de peso durante a amamentação, a concentração de tóxicos na sua gordura não aumenta⁵.

A presença de toxinas no leite materno pode fazer as mães desistirem de amamentar. Contudo, a importância do papel do leite materno em proporcionar ao bebê o melhor começo nutricional de sua vida, além dos vitais anticorpos, inegavelmente superam o perigo potencial da contaminação.

A OMS recomenda o incentivo e o prolongamento da amamentação, a despeito das toxinas no leite materno. Ademais, estudos sobre o efeito do PCB na

inteligência de bebês mostrou que, embora quantidades maiores sejam transferidas durante a amamentação, a quantidade menor transferida in útero é a responsável pelo déficit de inteligência⁶. Recomendação para que as mães parem de amamentar depois de 3 meses não tem fundamento: o nível de contaminação do leite materno é maior imediatamente após o parto, diminuindo com o avanço da lactação.

Desistir de amamentar por causa dos níveis de dioxinas é inútil pois os leites artificiais contém altos níveis de alumínio e chumbo e muitos de seus ingredientes, óleo de algodão, de girassol e gordura animal, são suscetíveis de serem contaminados com dioxina, pesticidas e outras toxinas. Mais ainda, a decisão de usar a mamadeira levará ao aumento da poluição e dos níveis de dioxinas como mostrará este ensaio.

BENEFÍCIOS DA AMAMENTAÇÃO

Ao compararmos as duas alternativas, do ponto de vista ecológico, ambas são fontes de algum grau de prejuízo: devem ser estudadas para se escolher a menos danosa, visando limitar o agravo.

A comparação entre amamentação e mamadeira é singular: a amamentação tem efeitos positivos enquanto que a mamadeira tem efeitos negativos. O leite materno é uma fonte natural e renovável produzida com a intenção de nutrir bebês; os leites artificiais são substitutos processados, não renováveis, dessa fonte natural.

Não há desperdício na produção de leite materno visto que é produzido de acordo com a necessidade do bebê. É a sucção que determina a quantidade de leite produzida e não a ingestão de alimentos pela mãe. As mulheres necessitam de um mínimo de energia extra, freqüentemente da camada adiposa de reserva (mesmo mães subnutridas podem produzir leite suficiente para nutrir um bebê) e o bebê normal não precisa de nenhum outro alimento por 6 meses. Como o leite materno é produzido na quantidade adequada para a necessidade do bebê, os bebês amamentados têm menos resíduos para excretar e freqüentemente usam menos fraldas. A produção de leite não polui e exclui a necessidade de proteção sanitária.

O leite materno é gratuito, dispensa empacotamento, está pronto para ser usado e não requer transporte através do mundo (mas é facilmente transportado se necessário), protege contra infecções e dispensa a enorme quantidade de material de propaganda que se utiliza para a venda do leite artificial. O leite materno é totalmente seguro ecologicamente; não usá-lo é desperdiçar um recurso valioso.

DESPERDÍCIO

Se todo bebê norte-americano recebesse mamadeira, quase 86.000 toneladas de alumínio seriam usadas nas 550 milhões de latas de leite descartáveis⁸. Se as latas tiverem rótulos de papel, somam-se outras 1230 toneladas de papel às enormes quantidades de papel brilhante usadas na propaganda do produto. Embora algumas latas sejam reutilizadas, grande parte do metal e papel seria jogada fora e raramente reciclada.

Os leites para bebês vêm sendo, crescentemente, comercializados na forma de alimento pronto-para-uso, em caixas feitas a partir de uma mistura de materiais e, conseqüentemente, impossíveis de serem recicladas.

Mamadeiras, bicos e demais acessórios são feitos de plástico, vidro, borracha e silicone, geralmente reutilizáveis, mas raramente reciclados ao final de sua vida útil. A nova idéia de vender leite pronto em mamadeira, por vezes já com o bico, significa que jamais será reutilizado. Em 1987, somente no Paquistão, 4 milhões e meio de mamadeiras foram vendidas⁹. O número de mamadeiras por bebê é bem maior em países industrializados (a maioria dos bebês nos EUA usa pelo menos 6).

Todos estes produtos desperdiçam recursos naturais (estanho, papel, vidro, etc), causam poluição desnecessária na sua produção e empacotamento e proporcionam um problema de lixo.

Os plásticos representam uma preocupação especial, pois a maioria deriva do petróleo, um recurso chave, e sua produção causa poluição. São raramente reciclados pela ausência de equipamentos adequados e dificuldade em separar os diversos tipos. São virtualmente indestrutíveis e permanecem como poluentes quando jogados fora (o nome dos chamados plásticos biodegradáveis é errado, pois apenas um dos seus elementos é orgânico e se biodegrada deixando pedaços muito pequenos como poluentes - pelo menos os plásticos “não biodegradáveis” podem ser removidos e reciclados ou destruídos adequadamente). A fumaça resultante de sua incineração pode conter dioxinas e outros tóxicos.

A maioria das mulheres que amamentam não menstrua e não necessita de absorventes sanitários, tampões ou panos, o que diminui a necessidade de fibra, alvejantes, empacotamentos e descarte. Se o bebê é amamentado exclusivamente por 6 meses e se continuar sendo amamentado até o 2º ano, como suplementação alimentar e como forma de carinho, a mãe não terá menstruações até o bebê ter 14 meses de idade¹⁰. Na Grã-Bretanha, cada mulher que menstrua consome entre 286 e 358 absorventes ou tampões por ano, 98% dos quais são jogados fora

pelo vaso sanitário; 52% serão lançados ao mar onde os tampões levam 6 meses para se desintegrar, enquanto os absorventes demoram mais. As camadas plásticas dos absorventes não são biodegradáveis e permanecem como poluentes¹¹. Se toda mãe inglesa amamentasse seu filho, 3000 toneladas de papel seriam economizados, todo ano, em produtos de proteção sanitária. O custo, para o ambiente, da flocculação e alvejamento e outros processos químicos; do algodão e antissépticos neles aplicados; dos rayons e dioxinas liberados durante sua produção devem ser somados aos danos causados, pelo empacotamento, transporte e descarte.

Todos estes materiais usados e raramente reciclados, devem ser eliminados. O destino mais comum são os aterros sanitários, a maioria dos quais não é forrada e, teoricamente, todos os poluentes serão diluídos e dispersados; na prática isto permite a poluição do lençol de água. Por precaução alguns aterros sanitários estão sendo forrados, o que é melhor, mas ainda podem transbordar após chuvas fortes e eventualmente qualquer forro pode se romper. Outro método de eliminar o lixo é a incineração. Esta é a fonte de metade da dioxina presente no ar na Grã-Bretanha¹². Ironicamente, a decisão de não amamentar devido à dioxina no leite materno causará um aumento em seus níveis ambientais.

Ao preparar o leite artificial, a mãe deve esterilizar a água e os utensílios. Água e energia para fervura são facilmente disponíveis no mundo industrializado, mas não é uma razão para desperdiçá-las. A energia geralmente vem de usinas convencionais e nucleares que poluem. A falta de água é comum nos países desenvolvidos, mas em 1975 a OMS estimava que 60% das pessoas em países menos desenvolvidos não tinham acesso a água suficiente¹³. Não é raro que em algumas partes da África as mulheres gastem 5 horas por dia buscando água¹⁴. Um bebê de 3 meses alimentado por mamadeira necessita de 1 litro de água por dia para adicionar ao leite e outros 2 para ferver bicos e mamadeiras¹⁵. Além disso, deve-se somar a água necessária para lavar e enxaguar. A lenha também é um recurso precioso nos países em desenvolvimento e tem sido usada em ritmo alarmante. Gasta-se 200g de madeira para ferver 1 litro de água. Assim, em um ano, uma criança alimentada artificialmente consumiria pelo menos 73 kg de valiosa madeira¹⁶.

Líquidos esterilizantes comercializados são comumente usados para limpar a maioria das mamadeiras e bicos em muitos países industrializados. A maioria deles usa como base água sanitária clorada e a produção de ácido clorídrico está relacionada à emissão de dioxinas.

Se a criança for desmamada e habituada a leite artificial em vez de um produto barato e disponível

em sua própria casa, mais água, combustível e embalagem serão usados.

A INDÚSTRIA LEITEIRA

Seriam necessárias 135 milhões de vacas leiteiras para substituir o leite de mulheres só da Índia¹⁷. Cada vaca precisa de cerca de 10.000 m² de pasto¹⁸, o que significa dedicar 43% da área da Índia à pastagem (uma área equivalente a 6 vezes o tamanho da Grã-Bretanha) para substituir o leite materno. Para criar pastagens é preciso desmatar, o que leva conseqüentemente, à erosão e exaustão do solo, ao aumento de gases que contribuem para o efeito estufa, além da redução de flora e fauna decorrente da mudança do solo. Para se produzir um quilo de leite para bebê, gasta-se no México, 12.5 m² de floresta tropical¹⁹.

As vacas liberam metano, gás importante para o fenômeno estufa, através de flatus e fezes aumentando a poluição atmosférica. O gado produz 100 milhões de toneladas anuais de metano, 20% do total²⁰. A eliminação do excremento é um problema por si só e geralmente causa poluição de rios e do subsolo.

A criação de gado contribui também para a formação da chuva ácida. A amônia dos currais reage com o dióxido de enxofre (presente no ar em países desenvolvidos) produzindo sulfato de amônia que ataca as folhas e se converte em ácidos nítrico e sulfúrico quando atinge o solo²¹. A criação intensiva de gado, comum nos países onde a maior parte do leite artificial é produzida, exacerba este problema.

Os fertilizantes nitrogenados muito solúveis usados na produção de ração para vacas leiteiras podem contaminar os lençóis de água. Um milhão e meio de pessoas na Grã-Bretanha bebem água com níveis de nitrato acima dos estipulados pela Comunidade Econômica Européia. Fertilizantes nitrogenados e detritos animais são as duas principais causas do excesso de plantas em lagos e rios (o lago ou riacho se torna rico em nutrientes causando crescimento excessivo das plantas). Sua decomposição consome todo o oxigênio da água, causando mau cheiro e matando a vida existente²². Estima-se que o custo para limpar águas poluídas por nitrato, de apenas uma região da Grã-Bretanha, será de 200 milhões de libras²³.

PROCESSAMENTO E TRANSPORTE

A maior partes dos leites artificiais é leite de vaca pasteurizado e convertido em pó. O leite é desnatado, filtrado e aquecido entre 95 a 105°C durante 14-20 segundos, homogeneizado, resfriado e secado com

jato de aproximadamente 73°C e borrifado em um ambiente de 160°C. A fabricação do leite de soja é semelhante²⁴. A energia necessária para atingir as temperaturas e os procedimentos mecânicos adequados causam poluição do ar (chuva ácida e efeito estufa), bem como a utilização de recursos naturais como combustível. O leite ou soja, ingredientes principais dos leites infantis industrializados, são misturados a um coquetel de substâncias industrializadas.

O leite geralmente viaja distâncias consideráveis antes de ser processado e a lata, o papel, as mamadeiras, etc, também devem ser transportados. Depois de empacotado, o leite é levado ao consumidor. O Equador, por exemplo, importa leite dos EUA, Irlanda, Suíça e Holanda. Outros países exportadores incluem o Japão, França, Alemanha, Dinamarca, Grã-Bretanha e Nova Zelândia; a maioria dos países importa leite de lugares distantes. Não há dados exatos sobre a poluição causada por este transporte desnecessário, que é sem dúvida considerável.

USO INADEQUADO DO SOLO E DOS RECURSOS

A diferença entre a produção necessária e a gananciosa é o centro de muitas políticas voltadas para a ecologia. A ligação entre ecologia e economia é importante. Os recursos da Terra podem sustentar as necessidades de seus habitantes. O mesmo pode ser dito sobre praticamente todas as áreas habitadas do planeta. Por outro lado, a Terra não poderá suprir indefinidamente a ganância de uma minoria.

Os recursos da Terra são freqüentemente explorados e os ecossistemas destruídos na busca do ganho financeiro de alguns gananciosos. Estes recursos contribuiriam muito mais com a economia mundial a longo prazo se fossem renovados. Muita riqueza atual (principalmente em países industrializados) é fruto da exploração do ambiente (geralmente países em desenvolvimento). A riqueza usualmente é julgada por valores materiais: mais posses significam maior riqueza. Infelizmente, a qualidade de vida raramente é levada em conta. Princípios econômicos que não valorizam o ambiente podem ser ecologicamente danosos de duas maneiras: em primeiro lugar os recursos são utilizados para comprar a riqueza material; em segundo, os governos que pedem empréstimos para tentar alcançar riqueza semelhante terão de explorar seus próprios recursos no esforço de pagar as dívidas.

Tal como em outras áreas de florestas do mundo, o vale Awash, na Etiópia, foi desmatado: 22% daquela terra é agora dedicada à plantação de cana²⁵. Em 1984 a Etiópia exportou para a Grã-Bretanha 10.000

toneladas de melão para alimentar gado²⁶. A fome na Etiópia sofre outra injustiça ao assistir a apropriação gananciosa da terra para a produção de colheitas de exportação.

A produção de leite é um modo não econômico de utilização do solo: 10 acres sustentam 2 pessoas ao se criar gado, 24 pessoas ao se plantar trigo e 61 pessoas ao se plantar soja²⁷.

Programas de desenvolvimento freqüentemente introduzem raças bovinas mal adaptadas às condições locais, levando a grandes despesas para alimentar, abrigar, dar água limpa e proteção veterinária contra doenças locais.

A soja é a base de um sem número de leites artificiais para bebê e é também utilizada nas rações para gado. No Brasil, o cerrado é desmatado e queimado plantando-se soja, o que consome irrigação e fertilizantes artificiais. A soja representa 10% da exportação de grãos no Brasil²⁸.

O crescimento do uso da mamadeira contribui para a crise da dívida externa nos países menos desenvolvidos. A maioria das mamadeiras, bicos e leites são importados, assim como os recursos extras necessários pelo sistema de saúde para tratar os bebês que adoecem em consequência da mamadeira.

Mesmo quando o leite tem rótulo de fabricação de um país em desenvolvimento a matéria prima geralmente provém do Ocidente e o país terá de gastar a escassa moeda forte. Ademais, o mercado de alimentos infantis é controlado pelas multinacionais estrangeiras.

O Ministro da Saúde de Moçambique calculou, em 1982, que se houvesse um aumento de apenas 20% no uso de mamadeiras isso custaria ao país 10 milhões de dólares em 2 anos, fora os custos com combustíveis, distribuição e agravos à saúde. Calculou-se também que o combustível necessário para ferver água consumiria os recursos de um dos maiores projetos de reflorestamento²⁹.

Mães indonésias produzem 1 bilhão de litros de leite por ano; substituí-lo por leite artificial custaria, em 1982, mais de 400 milhões de dólares. O país gastaria ainda mais 120 milhões de dólares para compensar os benefícios de saúde e redução da fertilidade devido à parada da amamentação³⁰. Em 1987, 28% do lucro das exportações da Indonésia foram usados para pagar os juros da dívida externa. Felizmente, 97% das mães indonésias amamentam pelo menos 6 meses (76% até 12 meses)³¹, mas a economia do país sofrerá se estes números caírem, o que é bastante provável com a entrada das indústrias de alimentos infantis no mercado^{32,33}. Analisando o leite materno e a economia na Indonésia, Jon Eliot Rohde escreveu “seu valor é o dobro do orçamento nacional anual para a saúde e aproximadamente igual

ao custo da importação de arroz, do qual o país é o maior comprador mundial. Este grande recurso não apenas é renovável, como também distribui-se equitativamente, beneficia consumidores e produtores e proporciona benefícios inestimáveis à sociedade³⁴.

A amamentação é um método anticoncepcional eficiente e transmite agentes imunológicos valiosos para a criança, propiciando bebês mais saudáveis. Portanto, com elevadas taxas de amamentação melhora-se a saúde das crianças, diminui-se a fertilidade, reduzindo-se a pressão demográfica e a dependência de programas e serviços de planejamento familiar caros, desta forma, beneficiando a economia.

A desnutrição causada por leite superdiluído, ou a diarreia devido à contaminação das mamadeiras podem ser tratadas, mas a um preço alto, e somente se o bebê for tratado precocemente. Embora a terapia de reidratação oral seja barata e eficiente, uma criança muito desnutrida poderá precisar de reidratação endovenosa, o que pode custar até 100 dólares. Mesmo nos EUA, o custo do tratamento hospitalar de crianças alimentadas por mamadeira é 15 vezes maior ao de crianças amamentadas³⁵. Os países em desenvolvimento, freqüentemente, dependem dos países centrais para a obtenção dos equipamentos de saúde.

Nos países em desenvolvimento, os governos arrasam a mata, degradam o solo, poluem o ar e a água e diminuem os gastos com programas ambientais, habitacionais e sociais, na tentativa de obter dólares para pagar sua dívida externa. Nestes casos, a população sofre, pois a terra que usavam para subsistência é usada para produzir colheitas de exportação. A solução mais rápida encontrada pelos governos para saldar a dívida é a liquidação de seus recursos naturais: florestas, pastagens, pesca e solo. Salvo raras exceções, a exploração tem sido destruidora, resultando em enchentes, secas, erosão, deslizamentos e alterações climáticas. No Brasil e Bolívia, a dívida resultou na recessão com desemprego de milhares de pessoas. Os desempregados são forçados, muitas vezes, a invadir florestas para sobreviver. O remédio econômico oferecido por agentes como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial inclui o incentivo do latifúndio e produção de soja em larga escala, o que causa desmatamento e empurra os sem-terra cada vez mais floresta adentro³⁶.

Evidentemente, outros fatores além do custo da mamadeira são responsáveis pela catástrofe econômica e ambiental atualmente enfrentada por países como o Brasil, mas os fatos mencionados demonstram que um aumento na alimentação por mamadeira prejudicará a economia de qualquer país em desenvolvimento, geralmente não deixando ao governo nenhuma outra alternativa a não ser a exploração dos recursos do país.

POPULAÇÃO

Às vezes, responsabiliza-se a superpopulação dos países em desenvolvimento por muitos problemas ambientais. Na verdade, a superpopulação nos países industrializados é a responsável, pois é lá que se consome a grande maioria dos recursos do planeta. Uma população menor significará menos destruição ecológica, especialmente se a redução ocorrer no mundo desenvolvido.

A amamentação previne mais concepções do que todos os outros métodos juntos (também é um dos poucos métodos que não necessitam de recursos, embalagem, serviços de saúde, etc.). Quando se remove esta proteção, o resultado evidente é mais concepções em intervalos menores, acarretando maior ameaça à saúde das mulheres e crianças existentes, especialmente em regiões onde outros tipos de anticoncepcionais são inacessíveis ou inaceitáveis. Leites artificiais são caros: em Serra Leoa, por exemplo, alimentar um bebê com leite artificial custa 90% do salário mínimo mensal local³⁷. É freqüente nos países em desenvolvimento que muitas pessoas, especialmente mulheres, ganhem menos que o salário mínimo. Um número maior de filhos significa que a família poderá sofrer, pois com a mesma renda irá alimentar mais bocas e custear mais despesas com saúde. Serão necessários mais recursos naturais para custear o aumento populacional. Na África, a amamentação previne uma média de 4 nascimentos por mulher, em Bangladesh uma média de 6.5. Um estudo no Chile mostrou que nenhuma das mães que amamentaram exclusivamente por 6 meses engravidou, comparadas a 72% que engravidaram entre as que não amamentaram³⁸. Infelizmente, o efeito anticoncepcional da amamentação nos países desenvolvidos é menor, devido à sua menor duração e ao hábito de se restringir as mamadas e de separação entre mãe e bebê.

CONCLUSÃO

Mais bebês alimentados com mamadeira significa mais desmatamento, mais erosão, mais poluição (por dioxinas e outros tóxicos), mudanças climáticas e desperdício de recursos.

A amamentação tem um efeito positivo ao produzir recursos renováveis e impedir efeitos danosos ao meio ambiente, tais como aumento populacional e desperdício de materiais.

As indústrias de alimentos infantis perceberam que só existe consumo se as mães não amamentarem. Para criar e manter uma demanda de leite artificial, as empresas “minam” a amamentação através de

estratégias de marketing, tais como doação gratuita de leite para maternidades e amostras grátis para mães; informação tendenciosa, propaganda e diversos tipos de promoção junto a profissionais de saúde. O Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno da OMS/UNICEF³⁹ proíbe estas práticas, mas frequentemente a prática das empresas contradiz seu discurso. O Código Internacional foi adotado para proteger mães e bebês das práticas de marketing agressivas e para ajudar a salvar vidas das 1.5 milhões de crianças que morrem anualmente porque são alimentadas com mamadeira. Uma outra consequência da implementação bem sucedida do Código seriam os consideráveis benefícios ecológicos que acarretaria. Em vez disso, as indústrias de leite artificial contribuem para a crise ecológica global (*).

Desestimular a amamentação é destruir um recurso natural e, portanto, deveria ser vista pela mesma ótica da pesca predatória ou da destruição de florestas. A ganância comercial não respeita a ecologia. A indústria madeireira e de pesca precisam de mais e mais madeira e peixe para manter seus lucros. Para manter seus mercados, as indústrias de leite precisam que mais bebês sejam alimentados por mamadeira. Felizmente, a maioria dos bebês ainda é amamentada, uma situação que colide com os interesses dessas empresas. A taxa de bebês amamentados tem declinado. Se as indústrias forem bem sucedidas nas suas tentativas de aumentar as vendas, os problemas causados pela alimentação artificial atingirão proporções catastróficas no futuro.

É evidente que as empresas que desestimulam a amamentação prejudicam o meio ambiente, tanto quanto as que destroem a floresta tropical. Falta apenas colocar este tema na pauta dos grupos ecológicos, dos políticos e de todos os consumidores.

Bibliografia

01. Campbell C. E. "Nestlé and breast vs bottle feeding: mainstream and Marxist perspectives", *International Journal of Health Services*. Vol. 14 (4), 1984, pp 547-566
02. UNICEF, *The state of the world's children 1991*, OUP, Oxford, 1991.
03. Costello A, Vallely B and Young J., *The Sanitary Protection Scandal*, Women's Environmental Network, London, 1989.
04. WHO Regional Office for Europe, *Consultation on Tolerable Daily Intake from Food of PCDDs and PCDFs*, Summary Report, Bilthoven, Netherlands 4-7 December 1990.
05. Costello A., Vallely B. and Young J., op. cit.
06. Jacobson J. L., Jacobson S. W. and Humphrey H. E. B., "Effects of in utero exposure to polychlorinated biphenyls and related contaminants on cognitive functioning in young

- children", *Journal of Pediatrics*, vol. 116 (1), 1990, pp 38-45.
07. Akre J. 'Infant feeding, the physiological basis'. Bulletin of WHO, supplement to vol. 67, 1989.
08. Calculations based on information in Jelliffe D.B. and Jelliffe P. *Human Milk in the Modern World*, OUP, Oxford, 1978 and in UNICEF, op.cit.
09. *Bottle-feeding in Pakistan*, IBFAN, Penang, 1988.
10. Stanway P. *Green babies*, Random Century, London. 1990.
11. Costello A., Vallely B. and Young J. op. cit.
12. Goldsmith E., Hildyard N. *The Earth report: monitoring the battle for our environment*, Mitchell Beazley, London. 1988.
13. *ibid.*
14. *Women and water in the developing world*, Water Aid fact sheet 1989.
15. "Bottle feeding: a waste of money, a waste of natural resources, a waste of time?". *Fighting for infant survival*, IBFAN information kit, 1989.
16. Gilman R.H. and Skillikorn P., "Boiling of drinking water: can a fuel-scarce community afford it?". Bulletin of WHO, vol. 63 (1), 1985, pp 157-163.
17. Calculations based on information in Jelliffe, op. cit. and in UNICEF, op. cit.
18. Stanway, op. cit.
19. *Breastfeeding and ecology workshop report*, IBFAN Forum. Manila. 1989.
20. Smail E., "Veganism and the greenhouse affect", *The Vagan*, vol. 6 (2), 1990, pp 6-7
21. Pearce F., *Acid Rain*, Penguin books, Harmondsworth, 1987.
22. Goldsmith, op. cit.
23. Palmer G. *The politics of breastfeeding*, Pandora, London, 1988.
24. Correspondence with Wyeth Laboratories and Crookes Health Care, UK, February 1991.
25. Goldsmith, op.cit.
26. *Breastmilk: A world resource*, Baby Milk Action, Cambridge, 1989.
27. Morley D., Lovel H. *My name is today*, MacMillan, London, 1986.
28. 'Brazil Burns' in *Earth Matters*, 5, 1989.
29. Department of Nutrition, *Ministry of Health*, Maputo, 1982.
30. Rohde J.E. "Mother Milk and the Indonesian Economy - a major national resource". *Journal of Tropical Paediatrics*, vol. 28 (4), 1982, pp 166-174.
31. UNICEF, op.cit.
32. Clement D. *Infant Milk Marketing in Indonesia*, INFAC, Minneapolis, 1982.
33. Baby Milk Action, "Companies bide their time in Indonesia". BMAC Update, Autumn 1990.
34. Rohde J. E. op.cit.
35. Cunningham A.S. Letter to Jane McNeil, Acting Director of Supplemental Food Programs Division, Food and Nutrition Service, US Department of Agriculture, Washington DC, 1979.
36. "Till debt us do part" in *Earth Matters*, 4, 1989.
37. "The economics of breastfeeding", *Fighting for infant survival*, IBFAN information kit, 1989.
38. Zacharias S. et al., "Return of fertility in lactating and non-lactating women": *Journal of Biosocial Science*, 19, 1987, pp 163-169.
39. *International Code of Marketing of Breast-milk Substitutes*, World Health Organisation, Geneva, 1981.

(*) Nota do revisor: o Brasil adotou um código de comercialização em 1988, revisado em 1992 (Resolução 31/92 do Conselho Nacional de Saúde - Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes).

Endereços úteis

Baby Milk Action
23 St. Andrew's Street
Cambridge CB2 3AX
UK

Friends of the Earth
26-28 Underwood Street
London N1 7JQ
UK

Women's Environmental Network
Aberdeen Studios
22 Highbury Grove
London N5 2EA
UK

International Baby Food Action Network

IBFAN Europe	IBFAN Asia & Pacific
GIFA	ICDC
CP157	PO Box 19
1211 Genève	10700 Penang
Switzerland	Malaysia

IBFAN Latin America	IBFAN Africa
Apartado Postal 80273	PO Box 781
Caracas 1080	Mbabane
Venezuela	Swaziland

IBFAN Brasil
R. Santo Antonio 590 - 2º
01314-000, São Paulo, SP
Brasil

Tradução: Maria Lúcia Muhlbauer
Revisão: Anna Volochko e Tereza S. Toma
Editoração: Nelson F. Brandão

Realização:



IBFAN



INSTITUTO
DE SAÚDE



WABA



SECRETARIA DE
ESTADO DA SAÚDE

Apoio:

Unicef



Fundo das Nações Unidas para a Infância

SOH-DIA (Stichting Oecumenische Hulp/Dutch Interchurch Aid)